



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05-09-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e com a presença do Vereador Hélio Rodrigues, *on-line*, e dos Vereadores Isac Felix, Fabio Riva, Jair Tatto, Presidente titular desta Comissão, Sidney Cruz, Rinaldi Digilio, eu, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 14ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão, do ano de 2023, que tem como objetivo debater o PL 448/2023, do Executivo – Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU dos imóveis que especifica.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/> e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 24 de agosto de 2023; foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 25 de agosto de 2023 e, no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 30 de agosto de 2023.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 25 de agosto, no <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual>.

Convido o nobre Vereador Fabio Riva para compor a Mesa. V.Exa. tem cadeira cativa.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil na Prefeitura de São Paulo; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Subsecretário da Receita Municipal, Thiago Rubio Salvioni; Soninha Francine, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por Priscila Rodrigues, Coordenadora do Trabalho, e Rodrigo Medeiros, Diretor de Qualificação

Profissional; Edsom Ortega, Secretário Executivo de Projetos Estratégicos (SEPE/SGM) e responsável pelo Programa Operação Trabalho (POT) Redenção; responsável pelo Serviço de Cuidados Prolongados (SCP) Álcool e Drogas; responsável pelos trabalhadores do Especializado de Abordagem Social – SEAS da região Luz-Campos Elíseos-Santa Cecília, de SMADS; responsável pelo Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS da região do Glicério-Sé-Liberdade, de SMADS; Tenente-Coronel Leandro Garcia Souza, Comandante do Batalhão 13º da Polícia Militar Metropolitana; Inspetor Superintendente João Paulo Guilherme dos Santos, Comando Operacional Centro da Guarda Civil Metropolitana; e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Estão abertas as inscrições para quem deseja se manifestar a respeito do projeto 448/2023, do Executivo, que dispõe sobre a isenção de IPTU a imóveis que especifica na região da cracolândia.

Como a Secretária Soninha Francine, sempre Vereadora, está *on-line* e tem uma apresentação a fazer, abro a palavra a S.Exa.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, na verdade, eu gostaria de solicitar não ser a primeira a falar. Não sei se outras pessoas da Mesa também têm alguma apresentação a fazer, mas é que estou revisando alguns dados da minha apresentação; é coisa de minutos. Mas, para não ficarem parados esperando, eu posso começar ouvindo outras contribuições da população.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Ok, Secretária. Fique à vontade. Então, passo a palavra ao nobre Presidente titular desta Comissão, Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, cumprimento o Presidente Atilio Francisco. Gratidão por representar essa gloriosa Comissão de Finanças e Orçamentos. Saúdo os Vereadores presentes: Fabio Riva, meu querido companheiro Hélio Rodrigues, Isac Felix, Rinaldi Digilio – membros da nossa Comissão. Saúdo a Secretária Soninha Francine, nossa querida Secretária, Fabrício Cobra, Tenente-Coronel Leandro, Salvioni e Inspetor João Paulo.

Eu aproveitaria, Sr. Presidente, e faria uma observação rápida, se me permite. Nossa bancada – inclusive o Vereador Hélio está presente e nos representa na audiência – votou contrariamente em primeira, e quero dizer mais ou menos o porquê. Eu entendo que é um equívoco dimensionar o impacto da cracolândia nos últimos anos apenas por trechos isolados. As seguidas operações policiais junto a essa população geram inseguranças no território. Portanto, os problemas não estão restritos a pequenos trechos. A cobertura pela imprensa e a própria sugestão de isenção de determinados trechos mostra que a cracolândia está se deslocando e reagrupando-se a cada intervenção do Poder Público. Desse modo, não é recomendado apresentar benefícios para pequenos trechos, mas por um perímetro a ser acordado.

Então, objetivamente o Vereador Hélio pode concluir aí pessoalmente também em nome da bancada do PT. Aqui falo em nome também do que eu penso. Nós compreendemos que há uma área muito restrita e também há uma observação a ser verificada. Pode haver uma observação também, sobre a isenção para muitas famílias ou muitos comerciantes que já estão isentos. Então, basicamente o voto contrário da nossa bancada deu-se em função disso. Então, eu não sei se houve aí um reestudo para, na votação em segunda, essas correções que a bancada, no caso do Partido dos Trabalhadores, havia solicitado.

Sr. Presidente, muito obrigado, mais uma vez, pela compreensão da impossibilidade de eu estar presente e por V.Exa. - que tanta experiência tem, em tantos anos nessa comissão - estar conduzindo para nós. Estou aqui acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem, Presidente. Obrigado.

Então, vamos iniciar as falas das pessoas presentes.

Tem a palavra a Sra. Roberta Ruiz Donha, que representa os empresários. A senhora tem três minutos. O tempo é escasso, mas, como há a participação de muitas pessoas, fique à vontade.

A DRA. ROBERTA RUIZ DONHA – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, presencialmente e *on-line*, os empresários e os

representantes de associações e moradores.

O projeto de lei em pauta busca isentar o IPTU de imóveis afetados pela presença da cracolândia na região de Santa Ifigênia, entretanto, o citado o projeto de lei não conseguirá atender a sua finalidade. Refiro-me ao princípio da finalidade, aquele que demanda que a norma administrativa deva ser interpretada e aplicada pelo agente público, de forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Na última audiência pública realizada, com o objetivo de debater o presente tema, a Sra. Vereadora Silvia da Bancada Feminista expressamente questionou as autoridades presentes: “Como o fluxo é itinerante, eu acredito que há mais prédios, mais imóveis que sofrem com a questão do fluxo da cracolândia e que não estão contemplados por essa isenção do IPTU.” Limitaram-se às autoridades presentes, naquela oportunidade, em responder que os imóveis beneficiados pelo projeto de lei diretamente afetados pela presença da cracolândia teriam sido identificados por *drones* que sobrevoaram a região entre janeiro a julho de 2023.

Pergunto: “Se é a Guarda Municipal quem movimenta o fluxo, qual seria a necessidade de obter informação por meio de *drones*? A Guarda Municipal informou para qual localidade a cracolândia foi levada e se encontra nesse momento? Essa região, onde se encontram os usuários de drogas, neste momento, está contemplada pela isenção?”

Eu mesmo respondo, porque trabalho lá. Não, não está. Assim eu posso afirmar que falta ao projeto de lei o critério da finalidade. Outro ponto que merece atenção de todos aqui presentes é o fato de a maior parte dos imóveis contemplados pela isenção tratar-se de imóveis residenciais. É certo que os moradores da região estão também afetados pela presença da cracolândia, mas a limitação dos direitos deles não se dá no campo financeiro, mas na alimentação de sua liberdade de ir e vir, de viabilizar aos seus filhos, crianças e adolescentes o direito de saírem de casa para ir às escolas, de poderem sair para trabalhar, durante o dia ou à noite, para o lazer ou até mesmo para receberem um atendimento hospitalar, direitos que estão intimamente ligados à dignidade humana e que não podem ser limitados em razão da ausência de políticas públicas eficazes, fruto da inércia do administrador.

Assim, eu volto a dizer que a lei proposta não atinge a sua finalidade, pois não contempla os imóveis comerciais que pagam IPTUs milionários e cujos proprietários, empresários aqui presentes, precisaram fechar centenas, milhares de postos de trabalho porque não há clientes dispostos a correr o risco de circular pela região, temerosos de assaltos, violência, depredação de veículos e de lojas e recentemente até um assassinato.

Qual é a compensação que esta Casa propõe para esses empresários? Qual é a verdadeira finalidade dessa proposta de lei? Gostaria de compartilhar um dado importante com V.Sas. Vocês sabem que, dos 949 imóveis constantes da lista de isenção do projeto de lei, 378 deles já são isentos por outras razões? Quarenta e quatro têm cadastros inexistentes no sítio eletrônico do município e 306 imóveis não ultrapassam mil reais anuais de IPTU, sendo a maior parte deles imóveis residenciais.

Meus caros, dentre os diversos critérios legais para fixação do IPTU, o principal deles é o valor econômico dos imóveis, sendo a alíquota aplicada sobre o valor venal lançado para fins de IPTU. Quanto à Rua Santa Ifigênia, foi atribuído pela Prefeitura o valor de metro quadrado de 17.806 reais. A pergunta que eu deixo, independentemente da isenção proposta pelo projeto de lei, é a seguinte: Se vocês colocarem seus imóveis comerciais não contemplados pela isenção à venda hoje, conseguirão negociá-los pelos valores indicados no lançamento do IPTU? Falo da impossibilidade de trabalhar e gerar renda, devido à presença da cracolândia na região, problema não resolvido pelos governantes, impedindo a geração e a manutenção de empregos e a circulação de bens e direitos. Isso torna o IPTU lançado ilegal, por não espelhar o valor venal dos imóveis indicados no lançamento tributário?

São questões que eu convido V.Sas. a se reunirem para discutir, seja por meio das audiências públicas, seja por meio das inúmeras associações que vêm se organizando e que precisam ganhar força, se não quiserem sucumbir. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Registro a presença do Sr. Secretário da Casa Civil, nosso sempre querido e atento trabalhador Fabricio Cobra Arbex.

Tem a palavra o Sr. Fabio Zorzo. Três minutos, por gentileza.

O SR. FABIO ZORZO – Bom dia a todos. Eu sou o representante da USI, União Santa Ifigênia, comerciante e morador da rua. A gente, até agora, não entende essa isenção de IPTU. A gente agradece essa isenção, mas a gente acha que é muito pouco pela rua e pelo que a gente está sofrendo na região. Muitos de nós trabalhamos lá há mais de 20 anos. A gente está falhando como sociedade há mais de 30 anos. Entra Governo e sai Governo. Eu não vou fazer críticas ao Governo. A gente falha como sociedade e eu estou aqui propondo que seja revista toda essa isenção de IPTU para uma área muito mais ampla e propondo soluções para a região, para a gente continuar empregando pessoas, morando no centro.

Eu quero não ter o turismo da cracolândia. Eu quero o turismo da Rua das Motos, eu quero o turismo da rua mais moderna de São Paulo, que é a Santa Ifigênia. Eu quero continuar gerando emprego lá. Hoje eu tenho um comércio. Emprego mais de 150 funcionários. De minhas vendas, vou falar que 90% delas são *on-line*. O caixa hoje da loja nem sequer abriu, enquanto *on-line* está indo.

Há um detalhe: Todos os *marketplaces* não estão na cidade de São Paulo; estão em Osasco, estão em outros locais. Então, é uma vergonha para uma cidade tão grande deixar isso acontecer.

Eu estou aqui indignado, querendo o apoio de vocês e solução e a solução que eu proponho não é só o dependente químico que está lá sofrendo na rua. Nós, como comerciantes, eu me proponho a contratar qualquer dependente químico que seja recuperado há mais de um ano, desde que o Governo ajude com incentivos fiscais, incentivos fiscais para o empresário que contrata essa pessoa. A gente pode, como sociedade, reverter. Eu acho que é uma vergonha a gente aceitar isso, a maior metrópole do Brasil, da América Latina ter uma cracolândia e o turismo lá.

Srs. Vereadores e senhores presentes, como sociedade, eu não aceito mais. Estou mobilizando a rua. Fizemos uma manifestação com mais de três mil pessoas, chegamos até a Câmara, mal fomos recepcionados, até o Sr. Isac Felix nos recepcionou, mas mal tivemos mais apoio. Parece que ninguém tem lá cuidando de nós. Aos poucos, sentimos que o Poder Público

quer se aproximar, acho que podemos fazer muito mais.

Vou encerrar por aqui, já deu meu tempo, já fui advertido. Agradeço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Fabio. Próximo orador é o Sr. Charles. (Pausa) Se ele voltar, ele nos avisa aqui.

Próximo orador é o Sr. Geraldo Pereira de Barros Neto, comerciante e advogado, de Campos Elíseos. O senhor tem três minutos.

O SR. GERALDO PEREIRA BARROS NETO – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar o Presidente Vereador Atílio Francisco, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Vereadores presentes. Secretário Fabricio Cobra, na pessoa de quem saúdo todas as demais autoridades presentes. Bom dia a todas as associações, na presença do Charles e do Lourenço, senhoras e senhores.

Vou ser um pouco redundante. Inicialmente quero cumprimentar o Poder Público Municipal por se propor a fazer a lei e tentar impor a justiça àquelas pessoas que moram; àquelas pessoas que têm propriedade; àqueles comerciantes; todos na região do Campos Elíseos, os quais, há mais de 30 anos, sofrem com a questão da cracolândia, fato que vem atingindo comércios, que vem atingindo vidas. Porém, essa Casa Legislativa deve ter o dever de poder se ajustar à sociedade, e de ajustar esse projeto de lei à realidade na qual vivemos.

Vou dar um exemplo a vocês, nobres Vereadores. A rua Guaianazes foi contemplada com a isenção. Eu tenho um comércio na rua Aurora, um estacionamento de veículos. A rua Conselheiro Nébias foi contemplada com a isenção. E a rua Aurora, que fica interligada entre as ruas Guaianazes e Conselheiro Nébias não foi. Eu pago, de IPTU, eu e minha família, na rua Aurora, mais de 120 mil reais por ano. E há 30 anos nós sofremos com a cracolândia, questão que persiste e que vai e volta. Durante todo esse tempo não tivemos respaldo do Poder Público. Estamos com nosso comércio lá, largado às moscas. Perdemos renda e não fomos contemplados pela isenção, mesmo sofrendo igualmente com tudo que vem sofrendo a Guaianazes e a Conselheiro Nébias. Porque vejam, o fluxo se movimenta a cada horas para que seja feita a limpeza.

Os veículos não passavam na rua Guaianazes e, daí, entrar na rua Aurora, para poder ingressar no meu estabelecimento. Encontro com dezenas de imóveis, dos quais minha família é proprietária, sem poder ser locado, porque ninguém mais quer morar naquela localidade. Então clamo para que o Poder Legislativo faça justiça e melhore ainda mais o projeto de lei enviado pelo Executivo.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, Dr. Geraldo. Próximo orador é o Sr. Antonio Camurça. Aproveito esse momento para informar que estão encerradas as inscrições, ainda dando prosseguimento à audiência pública. Sr. Antonio, três minutos, por favor.

O SR. ANTONIO CAMURÇA – Bom dia a todas e a todos.

Hoje viemos aqui, mais uma vez, discutir sobre a isenção do IPTU na região do Centro. E o que o Sr. Prefeito chama de solidariedade, eu acabo chamando de peso na consciência.

Peso na consciência por saber que a Prefeitura não está fazendo sua parte, que é cuidar da cidade e dos seus cidadãos. Peso na consciência por saber que esse imposto é muito caro e não retorna em benefício.

Nosso problema, atualmente, na cracolândia, é que ela está se espalhando por toda a cidade. E vai se agravar cada vez mais. Além do que, essa situação não nasceu da noite para o dia. Esse problema começou a crescer por causa da política do descaso e de políticas incompetentes. Por isso, está se agravando por toda a cidade. Mas o Poder Público não arruma a solução correta para isso.

Cada vez mais o número de moradores de rua está crescendo. Hoje já são mais de 50 mil. E a Prefeitura não tem competência para encontrar uma solução.

Os moradores da região do Imirim estão apavorados, porque eles estão com uma notícia: o Hospital São José vai ser reaberto para tratamento de viciados da cracolândia. E eles estão morrendo de medo. Para eles, será dada isenção de IPTU também? E quem vai pagar por esse desfalque de impostos isentos? São os outros cidadãos? É correto que os outros cidadãos

paguem pela incompetência da Prefeitura em solucionar problemas que estão acontecendo na nossa cidade?

Hoje, deveríamos estar discutindo a redução do IPTU em toda a cidade, afinal a cidade inteira tem problemas, sejam de asfalto, da educação, da saúde, de controle e de ordem. E digo mais: os moradores do centro não deveriam ter só a isenção de IPTU. Deveriam ser indenizados pelos danos morais e materiais que estão tendo, e isso, por causa da incompetência da Prefeitura.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem. Próxima oradora é a Sra. Flávia Regina Mendes da Paz, que está *on-line*. Por gentileza. (Pausa) Não entrou a conexão. Então, aproveito a oportunidade para que a nobre Secretária Soninha Francine possa fazer sua fala e a sua apresentação. Por gentileza, Secretária. (Pausa) Seu microfone está desligado. (Pausa) A Sra. Secretária deve estar ajustando a conexão.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem, Vereador Fabio Riva aqui. A Secretária Soninha Francine está com um problema técnico, pediu para que passe ao próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Está bem. Vamos ao próximo orador, o Sr. Mario M. Kamei. Por favor, o senhor tem três minutos.

O SR. MÁRIO M. KAMEI – Bom dia a todos.

Sou Mário, da Associação Rua das Motos. Quero, hoje, expressar o quanto o segmento de motos é prejudicado pela concentração de moradores de rua que estiveram durante praticamente um ano na rua Vitória e também na Rua Conselheiro Nébias.

Temos muitos lojistas que cerraram as portas; temos outros imóveis, proprietários de lojas que estão comentando que estão a ponto, também, de encerrar suas atividades. Gostaria de comentar, então, que nosso segmento, já há mais de 50 anos atrai público de todo o Brasil, a ponto de clientes vindos de outros estados comprarem a sua motocicleta em concessionárias, mas virem equipar suas motos conosco. Isso acontecia diariamente, com muita frequência. Hoje

praticamente não acontece mais.

Isso não significa que a lojista do segmento não tenha tido queda do faturamento em torno de 50%, já que, no final do mês, as contas não batem e o pagamento de despesas é maior do que o lucro obtido nas vendas. A isenção do IPTU em alguns pontos da Rua Conselheiro Nébias e demais ruas, é insuficiente para cobrir o nosso prejuízo, de tal maneira que eu solicito à Prefeitura que amplie o benefício para outras ruas e regiões. Tomando por base o nosso segmento, que seja contemplada ainda a Rua General Osório, conhecida como “rua das motos”, e também as paralelas e as transversais, desde a Avenida Rio Branco até a Avenida São João.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, Sr. Mário.

O próximo orador é o Sr. Manoel Romão de Souza, morador do centro.

O SR. MANOEL ROMÃO DE SOUZA – Bom dia a todos.

Cumprimento primeiramente o Vereador responsável pela Mesa, em nome de quem cumprimento o Vereador Hélio Rodrigues, um batalhador pela cidade e pelo centro, e presto um agradecimento ao Inspetor Guilherme, um homem que conhece muito bem o centro da cidade, o único representante municipal que me atendeu em um momento de desespero, quando a cracolândia estava localizada no prédio onde sou síndico, localizado entre a Avenida São João e a Rua Helvétia.

Lamentavelmente, a Prefeitura não dispensou a nós moradores a atenção que merecíamos e continua não dispensando. Quem mora perto da cracolândia está assistindo a um permanente *show* de horrores, com usuários vivendo de maneira subumana, a um grau mais baixo que um ser humano pode descer e sofrendo muito e com moradores não podendo dormir, com os comerciantes não podendo realizar negócios e com proprietários de imóveis vendo os seus imóveis, dia a dia, perderem o valor.

Nesse ambiente horrível e caótico na maior cidade da América do Sul, as autoridades, particularmente o Prefeito e Governador, são profundamente indiferentes, sendo que o centro é o coração de uma grande cidade. Como alguém que ama o centro há muito tempo

e faz parte do Movimento Salve o Centro de SP, vejo com muita tristeza o que está acontecendo.

Isenção de IPTU para meia dúzia de ruas é uma piada de mau gosto. A Avenida Rio Branco, por exemplo, onde mora o meu irmão, não foi contemplada, sendo que lá tem assalto de manhã, de tarde e de noite e quem mora ou trabalha lá não tem o mínimo de paz. Por isso, antes que termine o meu tempo, eu quero propor que se forme aqui uma Frente Parlamentar em defesa do centro da cidade, porque, além do Prefeito, esta Casa também tem responsabilidades.

Essa indiferença a tanto sofrimento, a tanto horror, a tanto descaso não pode continuar, tem que acabar. Chega! Eu vejo a população de lá tentando se defender com as próprias mãos, apesar de que eu tenho que reconhecer que a Guarda sempre esteve presente. Inclusive, a agradeço muito. Porém, na porta do prédio onde eu sou síndico, o descaso é total: assalto, violência e roubo, e ninguém consegue dormir. Aquele profundo sofrimento dos moradores e dos usuários foi transferido a todos que passam por lá.

A cidade está abandonada, o caos está instalado, o centro é um horror e eu quero que o Prefeito Ricardo Nunes saiba que nós moradores do centro achamos isso um absurdo total. Se ele vivenciasse esse *show* de horrores por uma semana, tenho certeza de que ele tomaria uma atitude. Mas ele está muito longe disso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, Manoel.

A próxima oradora é a Sra. Rafaela Rocha Garcia, comerciante da Rua dos Gusmões.

A SRA. RAFAELA ROCHA GARCIA – Bom dia.

Sou comerciante da Rua dos Gusmões e estou estabelecida entre a Rua do Triunfo e a Rua dos Protestantes, o epicentro do problema seríssimo que enfrentamos, um sofrimento sem igual. Curiosamente, esse trecho não foi escolhido no projeto de isenção. Não sei se tem alguém aqui da Comissão que trata disso, mas o nosso trecho não foi incluído no projeto.

Estamos vivendo deste jeito: na porta do nosso estabelecimento, dependentes escravizados, vivendo uma vida degradante, fumando *crack* continuamente e comendo os

alimentos que recebem no mesmo espaço aberto onde fazem suas necessidades fisiológicas. O cheiro de *crack*, urina e excrementos é nauseante, e as pessoas que vivem e trabalham na esquina da Rua dos Protestantes são impedidas de entrar e sair de suas casas e estabelecimentos quando o fluxo é movimentado para frente de suas portas para limpeza.

Depois das revistas e averiguações, armas e drogas são encontradas, e o barulho de confusão e tiros de borracha são cotidianos. O ambiente, portanto, é extremamente volátil e os conflitos escalam a cada dia. Clientes e pedestres não percorrem mais esses trechos, e carros de Uber e transportadoras deixaram de atender a empresas situadas próximas a esses imóveis, com evidente prejuízo.

Causa perplexidade que um o estudo feito pela PMSP e pela Prefeitura não tenha considerado a extensão do início da Rua dos Gusmões, esquina da Rua dos Protestantes. É fundamental corrigir esse erro, porque a situação em que vivemos impede até mesmo o mais corajoso dos clientes de visitar os nossos negócios. Ao longo dos últimos anos, a esquina da Rua do Triunfo com a Rua dos Gusmões tornou-se um dos pontos mais críticos da cracolândia, pois é onde o fluxo é conduzido durante o horário comercial. Todas as empresas que estão nesse trecho, portanto, estão morrendo. Eu não sei se isso é uma intenção do Poder Público. Às vezes, quando todas as setas estão direcionadas para um sentido, a impressão que dá é que pode ser intencional.

O que será que está acontecendo com aquela região? Ela não pode morrer, mas ninguém se sente seguro o suficiente para visitar esses trechos. O resultado disso está sendo a falência de diversas empresas, o esvaziamento da rua e a impossibilidade de encontrar novos inquilinos para os imóveis vazios. Tanto os proprietários de imóveis desocupados como os comerciantes da área enfrentam o peso do alto custo do IPTU e a dificuldade de gerar qualquer tipo de renda em um ambiente tão hostil.

Ficamos esperançosos ao ouvir a iniciativa da Prefeitura em conceder isenção de IPTU para aqueles que foram diretamente afetados pela movimentação da cracolândia. No entanto, ficamos incrédulos ao descobrir que o nosso trecho, justamente o que está no epicentro

desse problema, não foi incluído no projeto. Por isso, aqui estamos hoje solicitando a inclusão do trecho da rua dos Gusmões, entre a Rua dos Protestante e a Rua Triunfo.

O projeto é coerente, mas precisa buscar amenizar essa questão e abordar esses pontos. Muitas pessoas que estão aqui estão discutindo que os pontos da região delas não verificados no estudo da Prefeitura.

Então, era isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, Rafaela.

Próximo a se manifestar será o Sr. Luiz Augusto Leonardo de Castro.

O SR. LUIZ AUGUSTO LEONARDO DE CASTRO – Bom dia.

Com certeza a Santa Ifigênia inteira já está no raio de isenção de IPTU. Eu imagino que que todas as ruas da Santa Ifigênia estarão inclusas. Entendo que isso seja mais do que óbvio.

Aliás, eu sugeriria que, além disso, fosse criado um raio de um quilômetro do epicentro da Rua do Gusmões, porque além da Santa Ifigênia, há outras ruas também que sofrem. E quem controla esse fluxo é a GCM. Então, de uma certa forma, nós temos o poder da Prefeitura delimitando quais são as regiões da cracolândia.

Em paralelo, saiu na *Folha de S.Paulo* que são mais de 60 pontos – como eu disse, inclusive, na primeira audiência – de cracolândia na região de São Paulo. Não sei se estará em pauta aqui essa inclusão, mas uma vez que um bairro inteiro é agraciado, vamos chamar assim, pela ineficiência da Prefeitura, outros bairros também podem ser incluídos nesse “pacotão do *crack*”, que é assim que eu chamaria.

Indo além desse “pacotão do *crack*”, eu diria que essa isenção do IPTU também deveria vir como uma forma de indenização para os comerciantes desses bairros, e esses valores deveriam sair da Secretaria de Assistência Social, a SMADS, porque hoje, com um orçamento de dois bilhões, ter um cenário como esse é extremamente absurdo. Segundo a estatística deles, só tem 30 mil pessoas em estado de vulnerabilidade. Dois bilhões com 30 mil

ou está acabando ou ainda está faltando dinheiro ou é ineficaz.

Bom, então essas foram as minhas breves palavras, no sentido de criarmos um pacote em cima disso, que além da isenção, que o valor proporcional também seja retirado da Secretaria de Assistência Social pela ineficiência, para que esse dinheiro pudesse contribuir e beneficiar os comerciantes dessas 60 regiões da cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem.

Quero anunciar a presença da nobre Secretária Soninha Francine, convidando-a para fazer parte da Mesa.

Dando sequência, tem a palavra o Sr. Irwin Henry, da Associação Geral do Centro SP.

O SR. IRWIN HENRY – Bom dia.

Eu estou aqui representando o Presidente da Associação Geral do Centro SP, Sr. Clebson Charles de Menezes, e direi o que a Associação tem como proposta.

Já que o desconto muito provavelmente será votado a favor, então gostaríamos que o desconto abrangesse todas as ruas que tiveram fluxo. Todas, sem nenhuma exceção, e durante todo o tempo. Todas as ruas, sem nenhuma exceção.

Queremos também que aqueles que têm dívida ativa de IPTU tenham desconto de 50% e um parcelamento dos outros 50%. Além do IPTU, a isenção do ISS para todos os comerciantes e empresários afetados. Isso é o que a Associação do Centro propõe.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado.

A próxima a falar será a Sra. Karen Vasconcelos.

A SRA. KAREN VASCONCELOS – Cumprimento todos os integrantes da Mesa e agradeço a Prefeitura por olhar com carinho, de certa forma, para a Santa Ifigênia.

A cracolândia e a Santa Ifigênia são coisas distintas. Eu moro há 16 anos ali e quando teve a pandemia ninguém foi lá para falar: “Olha, as lojas estão fechadas, os arruamentos

estão acontecendo e nós vamos isentar vocês”. Então, o morador também tem direito. O morador também tem de lutar, porque eu perturbei bastante a Prefeitura. Então, nós precisamos, sim, dessa atenção.

A cracolândia é uma coisa que há 30 anos está ali, e não vai do dia para a noite, não vai ser a isenção, não vai ser nada disso... Então, nós precisamos começar a olhar com carinho a Santa Ifigênia. A Santa Ifigênia é um comércio. Nós podemos fazer o retângulo ali, porque tem o triângulo, tem o quadrilátero. Nós também podemos ter a isenção, nós também podemos ter direitos ali. Nós também podemos ter a ajuda da Prefeitura.

Então, esse é o mínimo com o que podemos começar. Nós podemos ver cultura. A Soninha está aqui, sempre está aberta também para nos ouvir, para conversar. Então, agradeço sempre.

Então, pensar em cultura lá, também. Vamos começar a engolir a cracolândia. Porque, em vez de ficar criticando, não trazemos ideias? Vamos vir com ideias. Cadê as ideias? Porque a cracolândia está lá e entra e sai governo e a cracolândia está a mesma coisa: só está aumentando ou diminuindo, mas o fluxo está lá. Independente de onde a cracolândia estiver em São Paulo, ali, na hora de dormir, na hora de sentir o cheiro no calor, porque eu não posso abrir a minha janela porque o cheiro do *crack* sobe, e eu não consigo mudar dali, até porque eu não consigo vender o apartamento... O perímetro do metro quadrado das lojas está bom, mas pergunte dos apartamentos. Você não consegue nem alugar. Não consegue, a não ser para tranqueira lá dentro, e eu não vou colocar tranqueira. Então, não dá para sair dali.

A SMADS pode ajudar? Pode ajudar também. Então, por que não fazer um conjunto de cultura? Vir todo mundo? Vamos procurar cultura lá dentro da Santa Ifigênia. A Santa Ifigênia é uma santa preta. Vamos fazer um negócio todo lá. Vamos correr atrás de cultura. Vamos engolir a cracolândia. Por que a cracolândia não sai há 30 anos de lá? Não é culpa do prefeito, do governador, do comércio. Tem alguém culpado ali. A polícia está ali, está policiado. Está bem policiado. A prefeitura está agindo bastante ali. A GCM está colocando ordem, tem polícia, mas por que não sai dali? Quem mantém aquilo ali?

Então, estão tentando. Se nós não aceitarmos um carinho, vai continuar largado? Nós temos de aceitar alguma coisa. Não adianta ficar só reclamando. Vamos vir com projeto. Cadê o projeto? Não tem projeto. Então, quando a prefeitura apresenta um projeto, temos de fazer alguma coisa, temos de aceitar. O perímetro que está sendo conversado é da São João até a Protestantes e da Rio Branco e da Duque de Caxias até a Ipiranga. Então, é amplo. Existe uma conversa. Então, tem de conversar e ver. Não adianta só ficar reclamando. A cracolândia está ali. Eu reclamo também. Acha que é fácil para mim? Eu passo ali, o pessoal que vai me levar lá, às vezes, passa no meio da cracolândia e aí? Eu ainda tenho esperança de que o povo se una, de verdade, porque, para mim, manifestação não funciona, de fazer alguma coisa efetiva e não ficar reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Karen.

Próximo a falar, Sr. Rogério Limonti.

O SR. ROGÉRIO LIMONTI – Bom dia a todos e a todas.

A minha intervenção é no sentido de parabenizar a Secretária Soninha. Ela fez uma manifestação recente em relação à discussão sobre o uso supervisionado. Então, é retirar de uma cena aberta para um equipamento público monitorado, e avançarmos nessa discussão a fim de pensarmos em soluções efetivas. Eu acho que foi a primeira fala que ressoou nesse sentido. Então, têm projetos caminhando nesta Casa. Tem um GT sobre a cracolândia. Então, temos de pensar quais iniciativas que estão sendo discutidas para avançarmos em relação a esse tema do uso supervisionado, que é uma experiência que já ocorre em várias cidades pelo mundo, com mudança, realmente, da situação, do problema. Não se trata de legalização de droga. Trata-se de descriminalizar para pensar em uma questão de resolver os problemas que estão sendo postos. Então, essa é a pergunta que eu deixo para a Secretária Soninha.

E em relação ao Inspetor Guilherme, da GCM, qual é a avaliação dele em relação à área em que hoje a cracolândia se instala, com todas essas mudanças. Então, qual é, realmente, a avaliação do Inspetor Guilherme.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Rogério.

Próxima a falar será a Sra. Paula Faria Masulk.

A SRA. PAULA FARIA MASULK – Bom dia. Muito prazer. O meu nome é Paula.

A minha fala vai no mesmo sentido do Rogério, questionando a Secretária Soninha sobre a possibilidade de salas de uso supervisionado. Recentemente, você falou, na mídia, sobre essa ideia, e como a companheira falou agora há pouco, nós precisamos dar ideias para o problema. E para um problema tão grave como esse as ideias não podem ser convencionais, estamos quebrando a cabeça, é um problema de 30 anos e a sala de uso supervisionado é uma ideia nesse sentido.

Aprofundando um pouco no assunto e lembrando também da fala da última audiência, um senhor também comentou: os centros históricos normalmente são lugares que são pontos turísticos no mundo inteiro. Citou países da Europa dizendo como isso atrai o turismo, como eles são importantes, conhecidos mundialmente. E falou do absurdo que era o Centro de São Paulo estar como está.

Fui olhar sobre isso e falando, será que esse é um problema só do Brasil? Não é. Esses países envolvidos, inclusive, os que ele citou, Suíça, Dinamarca, Portugal, Canadá, Estados Unidos, já tiveram problemas como da cracolândia de cenas de uso aberto de drogas. As fotos são assustadoramente parecidas, tirando por algumas questões de cada país, da imagem, mas são muito parecidas. E o que eles fizeram, a política que mais deu certo, além da assistência social e da saúde, o Canadá fez um programa de casa primeiro, então, dando moradia para essas pessoas. Foram essas salas de uso supervisionado, que consistem em aparelhos públicos e que as pessoas, além de terem acesso à assistência social, à lavanderia, a lugares que trazem essa dignidade humana para a pessoa e também atendimento, acesso à saúde e à assistência social, também o uso supervisionado de drogas.

Muitos países adotaram para diminuir o número de overdoses, mas outros principalmente para diminuir essa cena de uso público. E os números são bem legais, é claro que estamos falando, até dá vontade de rir, Suíça e Dinamarca, sempre pensamos que esses

países têm tudo, mas enfim, é por aí que começamos espelhando experiências de sucesso. E na Suíça diminuiu 80% o número de usuários nas ruas, na Dinamarca, 90%.

E para concluir, por que essa opção daria certo aqui no país? Uma pesquisa feita pela própria Secretaria do Estado de Segurança, mostrou que os principais motivos para os usuários estarem na crackolândia é a disponibilidade da droga. Então, tendo no aparelho, as pessoas iriam até lá e não à crackolândia; segurança de uso entre pares, as pessoas têm medo da Polícia, então no aparelho também teriam segurança; o preço, se o Estado fornecer, e uma ideia é que sejam as drogas apreendidas pela Polícia, fornecidas, eles também vão preferir ir lá do que usar na rua; e por último, a liberdade para o uso, então na sala de uso supervisionado também teria isso.

Então, essa é a ideia e a contribuição que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. Próximo orador, Fabio Redondo.

O SR. FABIO REDONDO NEGREIRA – Bom dia a todos.

Primeiramente quero agradecer a proposta da Prefeitura de tentar mitigar um pouco dos prejuízos causados pela crackolândia. Entendemos que é uma questão multidisciplinar que tem de ser trabalhada com vários olhares, apesar de não concordar com algumas das coisas que foram colocadas, mas não vou entrar nisso.

Entendemos, como todos, que o perímetro precisa ser ampliado, mais gente precisa ser inclusa, porque os prejuízos que foram causados são muitos e corroboramos, temos a colaboração de alguns Vereadores que já entenderam essa situação e a necessidade de ampliação. Então agradecer ao Rodrigo Goulart, Cris Monteiro, Fernando Holiday, Coronel Salles, Marlon Luz e Rubinho Nunes, que já têm algumas propostas. E o debate da ampliação do perímetro para incluir todos os que foram prejudicados pela crackolândia nos últimos anos, não só os moradores, mas também os comerciantes. Já foi colocado bem claro que os clientes deixam de vir, no caso dos hotéis as reservas são canceladas. E todos tiveram sua renda, sua forma de sustentação prejudicada. Então, é uma pequena fração do que pode ser devolvido para

as pessoas através do IPTU.

Então, achamos que a ampliação é necessária e vamos debater mais com os Vereadores e a Prefeitura para conseguir essa ampliação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Próximo orador, Sr. José Renato Bonventi, Shopping Moto e Aventura.

O SR. JOSÉ RENATO BONVENTI – Bom dia a todos, nobres Vereadores, Soninha, é muito bom revê-la.

Sou dono do Shopping Moto e Aventura, contei na audiência passada um pouco da nossa história. Então, temos lá 60 lojas, 300 empregos diretos que praticamente acabaram. Hoje estamos por um fio e eu nunca usei droga na vida, mas eu sou craque em cracolândia. A cracolândia se instalou na Rua dos Gusmões, em frente ao nosso Shopping, mas nós não estamos contemplados nesse projeto pouquíssimo amplo. Quer dizer, projeto que tem de ser muito mais expandido.

E sabemos de histórias absurdas de lá. Não só agora, de um ano para cá, vivemos tudo há 25 anos. Então, sabemos da história da menina Fernanda, por exemplo, que dormia ela e o cachorrinho, uma menina de uns 15 anos, que pedia para dormir dentro do *shopping* porque ela não queria mais ser estuprada. Ou do pai, executivo, de paletó e gravata, ir comprar droga para o filho, porque o combinado era o filho usar drogas em casa. Assim como o nosso lado, que muita gente fala os coitados, realmente são por opção deles, por um problema que tiveram, mas enfim, não tem nada a ver com são vítimas da sociedade. Nós somos vítimas da sociedade, lojistas, moradores, etc., que estão lá pagando um preço e poucos falam da gente.

Vejam, estamos lá com nossos empregos, indo embora, nossa situação complicadíssima. Estou ali com a Regiane, uma guerreira, é gerente operacional do meu *shopping*, e a cara de pânico, as histórias que ela tem com os meus funcionários, de tudo que podem imaginar, são terríveis. A última imagem que eu tenho é da Helen e do Juacir, lojistas que estavam com a gente desde o começo, fiz de tudo para ficarem. E ela falou, não dá mais, não é

nem pelo dinheiro, eu não aguento mais isso aqui, não aguento mais correr risco todos os dias. E na hora que ela estava indo embora, isso é muito sintomático, o carro dela foi cercado por, parece que uns cem noias, havia mil noias ali na frente, ela desceu do carro e deu uma encarada nos noias tão grande, que ninguém teve coragem de assaltá-la.

Então, a situação é essa. Agora, eu não vou politizar as coisas, há gente que fala mal do Poder Público, é um clichê, todo mundo fala. Nós tivemos o Braços Abertos que, na verdade, era de costas para nós. Levaram a cracolândia para lá e viraram de costas para nós. Ou como um monte de gente que não fez nada, um monte de políticos e tal. O fato é o seguinte, agora, pela primeira vez estão de braços abertos para a nossa sociedade, para nós. Então, não vale a pena criticar.

Agora, esse projeto tem de ser muito mais pensado, muito mais ampliado para fazer história. Srs. Vereadores, vamos fazer história juntos. Eu pago lá 350 mil reais por ano de IPTU. Eu não sou um rico, um privilegiado, eu vivo daquilo. Este ano coloquei dinheiro o ano inteiro lá, minha esposa falou, poxa, mas você vai tentar ainda. Eu falei, vou tentar ainda, é o meu negócio, é o que eu sei fazer. Eu não sei montar outro negócio.

Então, quero lutar até o final e vou lutar. E o dinheiro que porventura tiver de desconto de IPTU, eu vou reverter no meu negócio, assim como todos aqui. Pensem grande, nos ajudem a fazer história. Vamos fazer história juntos sem politizar. O importante agora é o seguinte, o Centro rico, levando riqueza para o Centro, gerando riqueza no Centro, nós vamos gerar impostos, empregos, como nunca se gerou nesse país.

Muito obrigado. Bom dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Renato.

Próximo a falar, Sr. Marcelo Godoy Magnani.

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Bom dia, tentarei ser breve. Obrigado novamente por dar o espaço para que possamos conversar, possamos discutir. Trago, primeiro, uma frase do Fernando Pessoa que diz o seguinte, pedras no caminho, guardo todas, um dia vou construir um castelo. Isso é só para refletir.

Bom, o que é o IPTU? O IPTU, temos várias conceituações a respeito da cobrança de IPTU. Tem uma matéria interessante, um material feito em uma tese de mestrado da PUC, que diz o seguinte, o critério material do IPTU é ser proprietário, ter domínio útil ou a posse do bem imóvel. Proprietário, nos termos do art. 1.228 do Código Civil, é aquele que tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa. E o direito de reavê-la do poder de quem, injustamente, a possua ou a detenha.

Dia 14 de maio foi meu aniversário, no Dia das Mães. Eu estava internado, passei 10 dias no hospital Albert Einstein tirando cálculos renais. Saí de lá e fui correndo com a Karen, moradora da região da cracolândia, na Santa Ifigênia, porque outra moradora contou que houve uma invasão ali, então fui tentar reaver o imóvel.

Ligamos para a Soninha, que prontamente nos atendeu, para tentar discutir com as pessoas que ali estavam ocupando o imóvel, exercendo o direito delas de tentar morar em algum lugar, enfim. Tentamos desocupar o local e percebemos até um conflito entre a Polícia Militar e a GCM na época, que hoje parece que isso está muito resolvido, mas não conseguimos desocupar aquele imóvel, que continua ocupado e o proprietário paga IPTU.

Conheço outros casos em que o proprietário não só paga IPTU, como responde ação civil pública, por dar água e energia elétrica para que os ocupantes possam ter direito de tomar um banho dignamente.

Então, eu compreendo perfeitamente o movimento do Governo ao conceder a isenção do IPTU para os imóveis dessa região que têm restrição do direito de uso. E essa concessão é importantíssima, seja ela um quarteirão, dois quarteirões, um imóvel, cem imóveis, mil imóveis, o quanto for, um quilômetro a mais, um quilômetro a menos; porque, a partir daí, vira obrigação tributária do Governo e ele tem que resolver.

O Governo é responsável pela arrecadação tributária. Quando ele cria uma isenção, uma imunidade, ele é obrigado a resolvê-la. Então, ninguém pode ir contra isso, em nenhuma hipótese, porque seria ir contra a qualidade de qualquer um que seja proprietário de imóvel, que quer locar, que quer ter seu comércio, que quer morar em algum lugar.

Portanto, nós devemos cobrar das autoridades públicas, toda vez que sentirmos que tivemos um prejuízo, que nos ressarcam de alguma maneira. O Governo abre as portas e diz: “Vou ressarcir-los de alguma maneira”, e alguns vêm e dizem: “Não, gente, isso é uma contrapartida”. Que seja, que seja. Nós temos que aceitar e temos que brigar por mais, por mais, por mais. Todas as pautas são legítimas, todas as ruas precisam.

Falamos muito sobre um princípio jurídico, que é o princípio da contribuição de melhoria, que é quando o Governo faz uma rua que melhora o valor do seu imóvel. Eu digo muito que essa discussão é a contribuição de pioria, porque piorou muito o valor do imóvel, o comercial, o residencial. Não conseguir vender é pior do que valer menos, porque eu conheço moradores que gostariam de sair de lá, e não conseguem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado.

Próxima oradora é a Sra. Rose Maria das Graças Corrêa de Oliveira, Conselheira Participativa Municipal da Subprefeitura da Sé e moradora da Santa Ifigênia.

A SRA. ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA DE OLIVEIRA – Bom dia.

Hoje eu acordei, como sempre, bem revoltada porque a gente não dorme naquele lugar, como eu já reclamei várias vezes. Toda manhã, escutamos aquela gritaria, brigas. Gente, se existe um inferno, é ali.

Mais uma vez, eu subo a esta tribuna para me humilhar, para implorar, que o meu direito de ir e vir, também dos moradores e comerciantes, consumidores e transeuntes, da região da Santa Ifigênia, seja respeitado.

Ontem foram instaladas as câmeras, as famosas, que estavam nos devendo já há um ano, na Av. Rio Branco. Essas câmeras foram instaladas pela manhã; e, às 17h30, elas já haviam sido ceifadas do lugar. Isso, em plena luz do dia.

O Governo do Estado e o Governo do Município vão à mídia falar em investimento, segurança e outras balelas. Mas eu garanto que nós, da região da Santa Ifigênia, nunca vemos nem sentimos nenhuma diferença em nada do que é dito. Os senhores que ocupam essas

cadeiras recebem para isso; eu, Rose, faço isso pelo meu bairro, mas tudo por amor a isso.

Eu sou conselheira participativa, fui eleita, como os senhores. Mas, ao contrário dos senhores, eu não recebo nada. Aliás, eu recebo sim: ameaça de morte, ameaças de tudo quanto é jeito. Inclusive, comerciantes da minha região passam por mim e são proibidos de conversar comigo, de me cumprimentar, porque foram ameaçados de atear fogo nos seus estabelecimentos por pessoas que sabem que eu venho reclamar. Quer dizer, nós não temos nem o direito de reclamar.

Eu gostaria de exigir – não sei se essa é a palavra, mas eu tento – paz, liberdade, que é obrigação do Município; outra balela também porque, na audiência de agosto, nos prometeram que o meu quarteirão, da Triunfo a Andradas, seria isento de IPTU. Mas só falaram. Então, eu gostaria de sair daqui com alguma coisa escrita, porque nós sabemos que promessa de político não é aceitável, são só promessas. A minha quadra não foi contemplada, e eu preciso sair daqui com alguma coisa bem concreta. Palavras podem ser sugadas por esse ar-condicionado.

O meu lema é: paz, tranquilidade, segurança, liberdade de ir e vir, silêncio, higiene. Nós gostaríamos disso tudo. Eu não sei se é pedir muito, mas eu gostaria que os senhores olhassem com carinho e nos atendessem. Não é balela nenhuma. Nós queremos ser contemplados com a isenção de IPTU, mas também queremos ser contemplados com a paz, com a segurança; porque, mais uma vez, eu pergunto: Quem determinou que é ali, na Rua dos Gusmões, que tem que ficar a imundice da cidade?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem. Vamos passar a palavra para a Secretária Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada. Estou na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Evidentemente, as pessoas que se manifestaram aqui têm pontos de vista diferentes, têm posições divergentes, mas uma delas vai muito ao encontro daquilo que a gente lida, que é entender que a cena de uso, vulgarmente conhecida como Cracolândia, é um

problema antigo, persistente e complexo, não é só da cidade de São Paulo, é de Nova Iorque, São Francisco, Chicago, Portugal, de várias cidades.

No Brasil, essa cena de uso aberto de *crack* é o problema de cidades como: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Em outros lugares, são outras drogas que vêm causando estrago. Em São Francisco, são 50 bairros bastante comprometidos na vida social pelo uso de fentanil, uma droga muito potente e de pequeno volume, o que torna a repressão ao porte, ao comércio, ainda mais difícil.

A gente acaba tendo discussões polarizadas, antagônicas e não verdadeiras completamente. E as pessoas têm os seus motivos para dizer isso.

“Ah, só tem direitos humanos para o usuário” – já ouvi isso da Rose muitas vezes. “Os moradores não têm direitos humanos; não se pensa neles”. E, por outro lado, algumas pessoas dizem: “Não, não tem nada para os usuários, só tem violência”.

E há muitas violências e violações de direitos nas cenas de uso abertas contra os usuários, entre os usuários, por parte do crime organizado. Parece que é quase um tabu falar da presença do crime organizado, mas são pessoas que exercem a violência de várias maneiras. E, é claro, também acontece violência por parte dos próprios agentes do estado. Então, sim, há muitas violências e violações de direito acontecendo nas cenas de uso.

E quando falamos sobre o que é oferecido ao usuário, de novo, nos vemos divididos entre duas coisas antagônicas: “Não, o único jeito é a internação compulsória”, enquanto outras pessoas dizem que “Não, internação não resolve nada, não serve para nada”, “A redução de danos é uma enganação que não serve para nada”, “Ah, por outro lado, abstinência é uma política moralista, etc. e tal”. E, na verdade, não é nada disso. A internação compulsória, voluntária ou involuntária, a redução de danos ou abstinência, são alternativas terapêuticas que se aplicam a cada pessoa conforme o caso, vale para qualquer outra internação em saúde. Às vezes, levamos um parente ao hospital que fica revoltado porque teve alta: “Não, a minha vó está passando mal faz três dias, e o médico a mandou de volta pra casa”.

Temos posicionamentos diferentes a respeito da internação, da aplicabilidade de

uma internação, mas o que é importante todo mundo entender é que não existe internação compulsória em massa. Às vezes, as pessoas são a favor disso, achando que é uma solução de uma vez só; e, às vezes, as pessoas são contra a internação compulsória porque acham que é assim, em massa. Na verdade, a internação é uma decisão médica, não é decisão do prefeito, do vereador, do deputado. Até mesmo um juiz, quando determina internação compulsória, é a partir de um laudo médico. E o médico examina a condição do usuário e decide se é caso de internação ou não. Então, nós, na Secretaria de Direitos Humanos, lidamos muito com situações em que a família entende, em que até mesmo na nossa avaliação aquela pessoa se beneficiaria de um período de internação para desintoxicação, para organização, mas também não é opinião de uma secretária, do nosso técnico, para tomar essa decisão.

E o que vem sendo feito? É importante termos a visão completa.

O programa Redenção é centralizado numa secretaria executiva ligada à Secretaria do Governo e envolve inúmeras secretarias; e cada vez mais secretárias. Essa é uma compreensão que os governos vêm conseguindo amadurecer.

O Redenção tem três principais linhas de atuação, que não são as únicas: saúde, assistência social e trabalho. Cada vez mais, a assistência social, por exemplo, vem se engajando na atenção aos usuários da cena de uso. Claro que a saúde já está lá há mais tempo. Mas a assistência precisa estar lá presente, porque uma pessoa que esteja em situação de rua não tem como aderir completamente a um atendimento em saúde, se ela sai da internação ou não foi para a internação. Esse é o investimento da assistência social que tem aumentado muito nos últimos tempos. Então, são essas três linhas de ação: o tratamento, atribuição da saúde; mas juntamente com o acolhimento e com trabalho e renda, para geração de autonomia, a partir do momento em que a pessoa aderiu a essas linhas de cuidado – que, de novo, variam de pessoa para pessoa.

Esse mapa já está desatualizado – tirei de uma apresentação do ano passado. São alguns dos equipamentos relacionados ao programa Redenção, que tem algumas camadas geográficas.

Temos, hoje, mais serviços de atenção no território; e mais serviços de atenção com retaguarda do território, porque é muito importante ter uma porta de entrada para as pessoas e também formas de acesso a tratamento e acolhimento que sejam longe do fluxo. Essa é uma alternativa super relevante.

Temos hoje algo que não existia antes, o equipamento chamado SIAT.

SIAT I é o da abordagem; SIAT II é o do acolhimento temporário; e o SIAT III é para as pessoas que já passaram por uma internação ou por um tratamento ambulatorial no CAPS, que já não estão mais fazendo uso, estão se reorganizando para conseguir a autonomia.

Esses são os SIAT 2. O SIAT I é em campo, a abordagem. O SIAT II – serviços de assistência social. E o SIAT III.

Esses dois são equipamentos – um na Brasilândia e outro em Heliópolis – que vieram do De Braços Abertos, porque são serviços que foram entendidos como serviços de impacto efetivo, fora do fluxo, para as pessoas que já estão em fase de reorganização.

Além desses dois SIAT II, tem outros dois novos SIAT – um na Penha, no Ermerlino Matarazzo, e com uma característica que entendemos, que o Prefeito Ricardo Nunes entende, que os direitos humanos entendem como superimportante: a qualidade do serviço oferecido para alguém que saiu de um processo de desintoxicação, de internação, para que realmente haja condições favoráveis para a sua reconstrução e reorganização.

Vocês veem um registro muito breve de diversas atividades culturais, esportivas, de reflexão, projeto de vida, em estágios diferentes, conforme seja o SIAT II ou SIAT III.

Em relação à saúde, as ofertas são muito maiores hoje do que eram antes.

Foram criados novos CAPS, dos quais 46 CAPS são do tipo III, quer dizer, aquele que oferece a oportunidade de um acolhimento integral. É aquilo que chamamos vulgarmente de internação. É aquela pessoa que fica acolhida integralmente no CAPS por um período de, no máximo, 15 dias, conforme determina a legislação.

E tem um equipamento novo criado pela Prefeitura de São Paulo: CAPS IV.

O CAPS IV é porta aberta 24 horas. O CAPS III que chamamos de 24 horas é 24

horas porque tem pessoas permanecendo em acolhimento integral; já o CAPS IV é 24 horas de porta aberta. É ali na Duque de Caxias, atravessando a rua da Princesa Isabel. Então, as pessoas podem procurar espontaneamente ou serem [encaminhados] a pedido – pede para o consultório na rua, pede para a assistência social, pede para nós, de direitos humanos. Isso acontece bastante, as pessoas nos procuram. Então elas podem ter essa porta aberta para o centro de atendimento psicossocial bem próximo de onde elas estão. E isso além de outros CAPS.

Esse é o CAPS da Boraceia. Quer dizer, é do lado de lá da linha do trem, mas também é a uma distância do fluxo que não é difícil as pessoas se deslocarem até lá.

E tem as unidades de acolhimento: moradias provisórias para as pessoas que não estão em internação, estão fazendo um tratamento e tem uma residência para permanecer. Não tem como ficar na casa da família e também não vai ficar na rua.

E tem aquele outro eixo: trabalho, autonomia.

O POT Redenção é um bom trabalho, muito bem conduzido, em parcerias como organizações como a Fundação Porta Aberta. Eu recomendo. Claro, não dá para montar uma delegação e centenas de pessoas irem lá conhecer porque isso vai perturbar o trabalho. Mas tem uma unidade do POT Redenção no Bom Retiro que é muito exemplar, de um trabalho muito bem-feito. Aqui, são algumas imagens das atividades conduzidas pelo POT Redenção.

O trabalho é tão bom que o difícil é quando chega o fim dos dois anos de operação trabalho e as pessoas estão superbém, determinadas a trabalhar, a conquistar a sua autonomia, a sua própria renda, e a inserção no mercado de trabalho pode ser bastante difícil. Então, já tem uma nova etapa até de oferecer um lugar para o trabalho, não para a formação para o trabalho.

Por exemplo, uma unidade que tem uma cozinha onde as pessoas que já foram formadas possam ir lá fazer a sua produção de pães, de doces, e obter uma renda assim.

Essas são todas as unidades do POT Redenção.

Tem algo importante sobre a condição para estar no POT, e no que isso traz uma mudança importante em relação ao modelo do De Braços Abertos: as condicionalidades para a

pessoa estar no POT são maiores. Ela já tem de estar num SIAT II ou num SIAT III para poder acompanhar as atividades.

“Ah, e se ela tiver um lapso? Se ela tiver uma recaída?”

Aí, sim, tem a compreensão de não desligar a pessoa e a devolver para o fluxo. É por isso que é um trabalho muito caprichado, aprofundado, multidisciplinar, para compreender quem é aquela pessoa. A compreensão “deu tudo certo; deu tudo errado” acaba prejudicando muito as alternativas de atenção em saúde e assistência social.

O fato é que o POT tem um índice de sucesso – é ruim falar em sucesso e fracasso, mas o quanto as pessoas conseguem se reorganizar por meio do POT Redenção com a Assistência Social e a Saúde é, realmente, admirável.

Temos parceria com o Governo do Estado. Felizmente, também, algumas parcerias a mais do que havia. Vamos conseguindo construir parcerias com o Governo do Estado; o CRATOD, Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas, hoje foi repaginado e renomeado como Hub, também é um serviço de porta aberta 24h, atrás do Parque da Luz.

O Governo do Estado tem, hoje, a porta aberta do Hub na capital é a principal do atendimento ao usuário de drogas. Fica a uma distância de caminhada das cenas de uso da região.

É muito importante, também, que, tanto a Prefeitura quanto o Estado vêm oferecendo mais é o que acontece depois: o usuário foi internado, desintoxicado, passou ou não por uma comunidade terapêutica. Essa ponta era muito desamarrada nos últimos anos e governos. Ficou, cada vez mais claro: que a pessoa desintoxicou, parou de usar e não tinha o que fazer, não tinha como ser acompanhada depois.

Da parte da Prefeitura, tem o SIAT III; e da parte do Governo do Estado tem, por exemplo, repúblicas. Essa foto é de uma república na região da Vila Mariana para onde as pessoas podem ir depois e terminam seu período numa comunidade terapêutica – que não é um equipamento de saúde; é um equipamento de assistência social. Então, a partir daqui, elas podem continuar o seu processo de reorganização e de autonomia.

Muito bom, mais o quê? Em número é insuficiente. Uma das dificuldades, por exemplo, surgiu numa das falas da audiência pública: “o pessoal do Imirim não quer nem saber de um hospital para usuário de drogas da Cracolândia”.

Então, essa é uma dificuldade, de a gente criar novos serviços que ninguém quer por perto. Onde vai fazer uma república, uma unidade de acolhimento ou um novo SIAT III. É um problema nosso como Prefeitura, mas, também, como foi dito aqui, é uma questão de toda a sociedade, que desafia a sociedade como um todo.

As pessoas não devem ficar na rua – é nossa visão, inclusive. A rua não é um lugar em que se garanta direitos, mas a porta de saída da rua não pode ser em lugar nenhum. Aliás, São Paulo é uma cidade para onde são despachadas pessoas vindas de outros lugares, da região metropolitana e de outros estados para que a gente não pare de se esforçar e oferecer vagas de atendimento e, por mais que se ofereça, não é suficiente ainda, inclusive, por essa dificuldade de criar serviços novos.

Entendo a preocupação e o medo, mas as pessoas precisam entender que ninguém está levando a Cracolândia para o Imirim. Não é isso, mas um serviço de saúde e de assistência social que precisa ser oferecido fora da região central também, como retaguarda.

Vemos as vagas oferecidas pelo estado de um modo geral, comunidades terapêuticas, casas de passagem, repúblicas.

Estou terminando.

Com isso, claro, a gente tem centenas de histórias incríveis. O número de usuários e de pessoas na cena de uso é muito menor hoje do que quando eles ficavam ali espremidos, na Dino Bueno, Helvétia, Cleveland, mas que sejam cinquenta pessoas, a gente não entende que isso seja algo com o que devemos conviver. Quer dizer, o Prefeito Ricardo Nunes – essa é uma postura bastante importante – não acha que a gente tenha que ignorar “melhor não mexer, porque quanto mais mexe, o problema ganha outros contornos: passa a ser mais visado, mais combatido, para um ou outro lado, e, na verdade, não é disso que se trata’.

O fato é que a gente tem outras coisas em vista para fazer na região, todas

coordenadas pelo Secretário Ortega da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos.

Existe um serviço de saúde na cidade de São Paulo chamado CECCO. Não sei se vocês já tinham ouvido falar, conhecem ou não. Tem um no Ibirapuera, na Avenida Sumaré. É um serviço de convivência, muito voltado para a saúde mental, mas não só. Então, é possível comparecer a um CECCO para fazer uma atividade cultural, esportiva, de natureza terapêutica de modo diverso. E o Conselho Municipal de Álcool e Drogas, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, construiu uma proposta, a qual está sendo acolhida e encaminhada, tanto por parte da Secretaria da Saúde – os Secretários Zamarco e Ortega entendem que a oferta de um CECCO, um espaço de convivência que as pessoas possam frequentar em vez de ficarem na calçada, em situações, absolutamente, indignas, de nenhuma garantia de direitos humanos para ninguém, nem para quem está na calçada nem para quem mora ao lado.

As salas supervisionadas de uso comum, como foi perguntado, não é um plano da cidade de São Paulo, mas é algo que está sendo implantado em outros lugares do mundo e avaliado como uma alternativa. Para quê? Para a pessoa que faz o uso ter acesso às políticas públicas. Não é um lugar para usar, simplesmente, mas a pessoa que faz uso ali na calçada, na sarjeta, é abordada pelo Consultório na Rua, pela equipe do SIAT, pela equipe do CEAS, vai ser atendida em serviços assim pelos profissionais num local limpo, decente, organizado e digno. Isso é o que vem sendo feito em outros lugares. Não é algo que possa prescindir de um amadurecimento da sociedade ou de uma concordância maior da sociedade. As pessoas não querem um hospital perto de si.

Então, não é razoável pensar que, por iniciativa do Governo Municipal, se poderá oferecer uma sala desse tipo – como já foi e vem sendo utilizada em outros lugares, mas é como dizem sobre evidências: a gente precisa e se socorre de outros lugares para estudar outras formas de abordar a questão, podem ser drogas diferentes, como o Fentanil, mas os desafios para a saúde, assistência social e para as relações sociais entre os moradores, o comércio, a segurança, de um modo geral, escolas.

A gente vem estudando isso e está no documento do COMUDA. A sala de uso

supervisionado não é um espaço de liberdade de uso – ponto final. É um espaço de acolhimento de atendimento e de preservação do espaço público de uso.

É o que outras cidades do mundo vêm tentando fazer. Acho que se eu pedisse para levantar a mão quem acha que essa ideia deve ser desenvolvida, quem acha que deve ser abolida, talvez, a gente tivesse mãos...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sim. Então, eu entendo que a gente, se determinar oferecer alternativas para as pessoas que estão ali...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – ... Então, mas como é que a gente faz? O que já está sendo feito em quantidade maior e com um cuidado, aperfeiçoamento do modelo, é saúde, assistência social – para as pessoas que ainda estão naquela condição – e, para quem já se organizou, a saída pelo trabalho e autonomia, mantendo a assistência social junto.

A coisa que eu, definitivamente, discordo – das coisas que são trazidas por vocês – é quanto à inércia. A gente pode fazer certo, fazer errado, fazer pouco, fazer muito, mas inércia, não. Tem muita iniciativa, tem muita tentativa de reformular as coisas que já são feitas para melhorar o CAPS, que já existe faz tempo. Um CAPS com porta aberta 24 horas começou nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Concluindo, Secretária.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sim. O que a gente procura? A Secretaria de Direitos Humanos não coaduna com nenhum tipo de violação. Todos têm direito à segurança, circulação, repouso, trabalho. E o que a gente pode fazer? É trabalhar em mais alternativas e melhores alternativas, com bastante articulação, ações e correções no território e eu espero que vocês compreendam – concordando ou não –, com ações, fora do território, de acolhimento, de saúde, de trabalho e de habitação. A gente também pode estar agindo lá em Ermelino Matarazzo, mas é para que as pessoas da cena de uso tenham oportunidades, que elas não sejam mantidas ali na cena de uso.

Essa é uma postura muito clara dessa gestão, desse governo. A gente não tem nenhum interesse em deixar que a cena de uso continue existindo em um lugar, em dez ou 20 lugares. E mexer com isso gera impactos vários, às vezes até parece que se a gente não fizesse nada, deixa eles lá, mas a gente não concorda com isso, nem pela garantia de direitos de cada pessoa ali da cena de uso e nem pela garantia de direitos da população em geral. Aliás, é até bizarro separar em direitos desses e daqueles.

A gente tem o dever de zelar pela não violação, garantia de direitos humanos e de cidadania de todas as pessoas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, nobre Secretária Soninha, sempre ativa nas suas ações.

Agora, o nobre Comandante João Paulo Guilherme, que também tem espaço. Por favor.

O SR. JOÃO PAULO GUILHERME DOS SANTOS – Boa tarde, Srs. Vereadores. Boa tarde, Secretários. Boa tarde, público, que está aqui lutando por uma cidade melhor.

Falo aos senhores, eu acompanho a cracolândia há mais de 25 anos. Passei por diversos governos e, quase tudo o que vai fazer, eu sei mais ou menos qual a resposta vai se dar ali. O que acontece? Por que a cracolândia se instala na região da Santa Ifigênia? O lixo mais rico da cidade de São Paulo é o lixo da Santa Ifigênia. Pode ver que à tarde eles garimpam o lixo, porque tudo o que se encontra vira dinheiro. E tem também os ferros-velhos que funcionam na região. São 33 ferros-velhos que funcionam naquela região.

E o que acontece? Tem a cena aberta de uso, que algumas pessoas pensam que é a Guarda Civil que está fazendo ou tomando uma atitude, porque ela quer. Não. A cena aberta de uso vem com o Governo do Estado, Polícia Militar, Polícia Civil, para fazer as intervenções para justamente tirar o quê? O traficante. Sem o traficante, não tem o consumo da pedra. Por isso ali esse é o nosso foco, são os traficantes.

Então a Polícia Civil investigando, a Polícia Militar com a Guarda trabalhando para

tentar deter quem? Os traficantes. Por quê? Dentro da cracolândia, eu conheci desde dona de escola de idiomas, advogados que ainda têm escritório até hoje; eu conheci cabeleireiro, que tinha lojas no *shopping*, e depois que passaram a usar aquela pedra, viraram escravos.

Eu criei um grupo chamado Mães da Cracolândia, porque todos os dias eu me deparava com mães que iam procurar os filhos. Eu pegava o número, passava a foto do filho, ia no fluxo e retirava o filho. E, muitas vezes, vinha a mãe, a esposa e a criança; e, naquele momento, você chega para aquela pessoa e diz: “Olha, sua mãe está ali, a sua esposa e a sua filha. Vamos lá conversar?”. “Meu, essas pessoas te amam, cara. Vamos voltar para a casa”. De cada dez, mais ou menos, oito não voltavam, apenas dois. Falei, algum meio dessa pessoa sair tem que ter. Se não tem um meio, que, às vezes, é por ele se dirigir a um aparelho e fazer um tratamento, é pela família – de quem a pessoa está mais próxima. E muitas vezes eu vi acontecer o quê? A pessoa saía da Júlio Prestes, caminhava, aí olhava para a família. Aí eu falei: “Opa, acho que esse aqui hoje vai.” Quando chegava no meio da Praça Júlio Prestes, a pessoa olhava para o fluxo, olhava para a família, escorrendo lágrima, a pessoa saía e falava: “Mãe, me perdoa. Tchau esposa, tchau filhinha”, e voltava para aquele inferno.

Então, é simples de resolver? Não, não é simples, mas a Prefeitura de São Paulo, com o nosso Prefeito Ricardo Nunes, está lutando bastante para trabalhar e melhorar a nossa cidade. Não é simples, porque eu acompanho aquilo há mais 25 anos. Tem uma pessoa que está no fluxo, o Reginaldo, que é o nome original dele, mas é conhecido como Vovó Mafalda, dentro do fluxo. O Pastor Betão e o Pastor Rica, da Igreja Bola de Neve, tiraram o Reginaldo de lá. Foi uma comemoração, nós comemoramos. Passados 90 dias, eu o vi no fluxo. Perguntei: “Reginaldo, o que você estava fazendo?”. Ele disse: “Não, eu só vim aqui ver os amigos. Eu senti um pouco de saudade”. No outro dia, ele estava lá novamente. Ele retornou, infelizmente, retornou. E ele estava bem feliz por ter conseguido sair de lá, mas infelizmente a fraqueza é isso: quando a pessoa aparece no território, novamente, ela volta a ter toda aquela sensação de recompensa no cérebro, como algumas pessoas que são viciadas em açúcar. Se come açúcar: “Ah, eu quero mais um chocolate, só mais um”. E come mais um.

Agora, imagina uma droga, que é potencializada para entrar no sistema nervoso central, para dar recompensa cada vez que se usa. Por isso não é tão simples acabar, mas nós não vamos desistir. E temos que usar propostas diferentes, porque fazer mais do mesmo não vai ter resultado diferente, mas nós temos que fazer diferente. Temos de fazer a diferença.

E é justamente como a nossa Secretária de Direitos Humanos falou, São Paulo é uma cidade acolhedora; se eu tenho no meu município, eu posso enviar para São Paulo. E São Paulo acaba acolhendo. É como a Secretária falou: despacha para a nossa região. Então, todos nós lutando, todos nós fazendo a nossa parte, fazendo o quê? Sentando com o governo, para nós tentarmos chegar a um denominador comum, de forma que melhore para todos, tanto para nós como para eles. Porque, o sofrimento, lá também não é tão simples de querer sair. É como sair do cigarro, como de um álcool, como sair de um vício, que às vezes você tem.

Então, é aquilo, todos nós unidos e não vamos desistir. Por quê? Nós iremos salvar a nossa sociedade e evitar que novas pessoas, por conflitos interpessoais, acabem chegando naquele lugar, porque 90% das pessoas com quem conversei naquele lugar tem conflito com o filho, conflito com a esposa, conflito no geral com a família.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Concluindo, Comandante.

O SR. JOÃO PAULO GUILHERME DOS SANTOS – É chegar e não desistir. Vamos lutar por uma sociedade melhor e que Deus abençoe a todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Comandante.

O próximo orador é o nobre Secretário da Casa Civil Fabricio Cobra.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia, Vereador Atílio. Muito obrigado. Vereadores presentes, Hélio, Fabio Riva; todos os comerciantes e moradores da região central; integrantes do governo presentes, Secretária Soninha, de Direitos Humanos; Secretaria Executiva Estratégica, Casa Civil, Fazenda, outros *on-line*, todos acompanhando atentamente as contribuições trazidas.

Como a gente disse na primeira audiência pública, obviamente esse projeto é um

gesto de solidariedade do Prefeito Ricardo Nunes com relação a essa questão, a essa problemática, mas obviamente a solução de tudo isso está em diversas outras ações da Prefeitura, em parceria com o Estado, acho que talvez num movimento jamais visto nesta cidade. Juntos, o Prefeito Ricardo Nunes e o Governador Tarcísio, enfrentando essa questão de frente. É uma questão problemática, complexa, mas o enfrentamento está sendo feito e o Prefeito não vai medir esforços para que a gente tenha resultados efetivos com relação a essa questão.

Todas as contribuições que foram trazidas, as sugestões, a gente colocou. O Líder do Governo Fabio Riva está concentrando todas as sugestões colocadas. A gente colocou a Secretaria da Fazenda à disposição para fazer todos os cálculos necessários, então, provavelmente nas próximas semanas, a liderança do Governo vai trazer uma coisa concreta e o Governo avalia em conjunto.

Mas o importante é que a Fazenda está presente, está aqui anotando tudo e certamente a contribuição dos vereadores, que eu acho que é superimportante o papel que os vereadores têm tido em todas as ações que a Prefeitura tem feito com relação ao Centro, à cidade, dando um apoio e votando os projetos de forma rápida, trazendo à discussão, trazendo melhorias, contribuições, então é muito importante o papel que os vereadores desta Casa têm feito.

E não é só nesse projeto, a gente tem outros projetos. O Prefeito Ricardo Nunes vai enviar, hoje ou amanhã, o projeto que aumenta o valor da Operação Delegada. Lembrando que a gente aprovou aqui, no ano passado, o reajuste desse valor, ou seja, já houve uma equiparação com a DEJEM, que é a Delegada do próprio Estado.

E houve aumento do número de policiais nos últimos meses, o Prefeito e o Governador dobraram o número de vagas, centralizaram 1.200 vagas só no Centro e já é visível que tem mais policial na delegada. Tem policial vindo do interior fazer a delegada aqui no Centro. Ontem mesmo eu perguntei, um é de Campinas, um de Presidente Prudente. É impressionante como os policiais estão vindo preencher essas vagas.

Não satisfeito com isso, o Prefeito e o Governador acordaram em mandar esse

aumento para ter mais um incentivo, inclusive com valor de região estratégica, que é o Centro, e com adicional noturno, que é a vaga com mais dificuldade de preenchimento. Lembrando que é voluntário, a delegada não é uma obrigação. Eles são voluntários, se o recurso é atrativo eles vêm trabalhar, então já é visível essa mudança.

Em reuniões, Prefeito e Governador conversam todo dia, semanalmente, sobre essa questão, tudo que é possível ser feito vai ser feito. O Smart Sampa, que são as câmeras que estão sendo, vão ser instaladas, é um sistema de 20 mil câmeras na cidade, só no Centro, três mil. O Prefeito assinou há um mês o contrato com a vencedora da licitação. A prioridade vai ser no Centro, as primeiras câmeras. A central de monitoramento vai ser naquele prédio do Correios, no Vale do Anhangabaú.

Então são esforços importantes na área de segurança, o combate ao tráfico que o Governo do Estado tem intensificado, todo dia tem prisão, todo dia tem apreensão de droga. Como bem disse o nosso Inspetor Guilherme, que cuida de forma brilhante no Centro, um trabalho com toda a companhia e a Guarda Civil, importante nesse combate também, com as polícias do Estado. É importante combater a origem da droga, então eles têm feito isso de forma bem intensa. Lembrando que a Guarda teve mais mil novos homens, só desses 1.450 no Centro, então todo o esforço concentrado para ter resultados efetivos com esses novos projetos.

E lembrando de outro projeto que está em discussão aqui, que é o projeto do Triângulo, que visa incentivos fiscais para atrair empresas, comércio a se instalar no centro de São Paulo, não só no triângulo, no quadrilátero, no entorno. A Lei do Requalifica, que os vereadores desta Casa aprovaram, uma lei que tem mais de 40 projetos em andamento na Secretaria de Licenciamento. Já tem algumas entregas, prédios comerciais que eram vazios se transformando em residenciais. O PIU Central que já teve a sua regulamentação, que também vai trazer uma série de benefícios. São várias ações e esta Casa tem dado um respaldo muito grande a tudo, trazendo melhorias, contribuições.

Agradeço de público aos nossos vereadores por todo esse trabalho, e não vai ser diferente nessas leis que estão aqui, que é o caso do IPTU, que é o caso da Lei do Triângulo e

da Operação Delegada que virá hoje ou amanhã. O importante é esse ressaltado, essa parceria com o Estado não só na área de segurança, na área de saúde. A Soninha trouxe o *hub* que o Governador inaugurou neste ano, fazer o tratamento das pessoas que estão em cenas de uso. Os equipamentos da Prefeitura, que são os SEADS 1, 2, 3, e 4 também fazem todo esse tratamento. A intensificação das políticas de acolhimento de pessoas de rua pelo Programa Ampara.

Como a Soninha falou, São Paulo acaba atraindo muita gente. Todo equipamento que o Prefeito vai inaugurar tem estrangeiro, tem gente de fora do Estado, de fora da Cidade. São Paulo é a capital econômica do Brasil e da América Latina, hoje atrai muito até estrangeiros. Tem equipamento que o Prefeito vai com o Governador que só tem estrangeiro. E é um orgulho saber que esta cidade é acolhedora, mas isso gera uma série uma série de complexidades, uma série de trabalhos.

Nessa área também, só no ano passado mais de dez mil pessoas saíram em situação de rua, mas, como a gente falou, acaba vindo muita gente atraída pelos equipamentos que a Cidade oferece, então não serão medidos esforços. Esse projeto de lei é um gesto de solidariedade, não é a solução; a solução está em uma série de outras medidas que o Prefeito e o Governador não medirão esforços para ter uma solução definitiva.

Lembrando também das políticas públicas, o aumento da iluminação, mais de 130 postes novos, a troca da lâmpada antiga pelo LED. A coleta 24 horas que está tendo aperfeiçoamento, a concessionária tem passado quarteirão por quarteirão para melhorar a questão do horário, a questão do lixo. Como o Inspetor falou, o lixo acaba sendo também uma atratividade para as pessoas que estão em situação de rua. Então são vários esforços em paralelo que vão chegar a essa solução.

Então peço que todas as contribuições trazidas, que já foram levadas aos vereadores, centralizadas na figura do Líder de Governo Fabio Riva, para que a gente tenha, com a Fazenda, um avanço também na questão do projeto.

É isso, Presidente Atílio. Agradeço a possibilidade, o exercício de cidadania, de oitiva

da população e dos vereadores que dão respaldo e trazem muitas contribuições aos nossos projetos de lei.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Muito obrigado, nobre Secretário Fabricio Cobra.

Também quero registrar a presença dos vereadores que estiveram aqui, mas tiveram que sair: nobre Vereador Sansão Pereira, Líder da Bancada do Republicanos na Câmara Municipal; também o nobre Vereador André Santos, Presidente Municipal do Republicanos.

Agora, com a palavra o nobre Vereador Hélio, do PT. (Palmas)

O SR. HELIO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente Atilio Francisco. Obrigado, público presente, nossa Mesa, os secretários.

Como estou estreado o mandato há três meses, não vou ter a arrogância de falar sobre esse tema com tanta propriedade. Só quero apontar algumas questões que eu acho relevantes e importantes.

Primeiro, o que me deixa um pouco apreensivo, que a gente em nenhum momento fala em prevenção ao uso de drogas. Em nenhum momento que eu tenho participado tenho ouvido falar da prevenção. Causa-me estranheza a gente não conseguir chamar alguns atores importantes que militam nessa área ao longo demais de 70 anos, como os Alcoólicos Anônimos, por exemplo, entidades que têm profundo conhecimento e podem nos ajudar.

Quero também, viu, Secretário, Líder do Governo Fabio Riva... Não é problema de uma gestão, não, não dá para falar isso. Mas é um problema que, se a gente olhar bem ao longo do tempo... Eu fiz um seminário aqui sexta-feira passada... Eu sou oriundo da empresa, da indústria, sempre fui um trabalhador da indústria. Nunca tive cargo público, até hoje eu sou registrado por uma empresa. Presido o Sindicato dos Químicos de São Paulo, que completa 90 anos neste ano. E nós temos um problema no Município de São Paulo, gigantesco, com relação a emprego da indústria. O Município tinha, em 1980 e 1990, quase um milhão de trabalhadores na indústria, hoje tem só 300 mil e, pelo andar da carruagem, não vai ter nenhum mais. Hoje a

indústria quer saber o que vai poder ficar aqui, porque as que foram embora não voltam mais.

Então qual é o futuro do emprego - a gente ampliando mais no Município de São Paulo -, se o comércio está como um problema tão grande como esse? Quando a gente olha para a Santa Ifigênia, 25 de Março, empregos sendo fechados, trabalhadores que não têm mais ocupação, como é que vai ficar? Nós vamos discutir a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Líder, nós temos que pensar no emprego nesta cidade, gente.

Exatamente 30 anos atrás, Presidente Atilio, houve uma abertura indiscriminada desse país, de concorrência internacional, que levou à quebra de milhares de fábricas e milhares de empregos que se perderam.

Eu sei que muitos que falaram antes de mim querem soluções imediatas. Assim como a minha sogra que eu a induzi há 20 anos a comprar dois apartamentos na Estação da Luz. Ela fala que vai me botar lá uma semana para ficar abrindo a porta e passar por aquele constrangimento das pessoas que estão na frente do prédio, pela insegurança.

Eu tenho tentado falar para ela que nós temos de resolver esse problema, mas ele não vai ser resolvido dessa forma abrupta, botando o pé na porta, tentando fazer de qualquer forma. Acho que temos 30 anos de experiência com relação às ações na Cracolândia – esse nome também não é o mais correto de se falar, viu Secretária, dirigido para aquelas pessoas que estão na cena de uso. Nós temos 30 anos de experiência, precisamos juntar essas experiências, reavaliar os resultados para saber quais são e onde deveremos ser mais assertivos.

Porque é o seguinte, eu, no caso, sou oriundo do movimento sindical e estou na perspectiva do emprego industrial, o impacto que vamos ter nas cidades como São Paulo que representou, na década de 80, 44% do PIB do estado de São Paulo. Não é qualquer coisa.

Você olha para a cidade, para a Mooca, para Lapa, para Santo Amaro que eram lugares extremamente fabris, mas hoje não há uma fábrica. Se formos na Carlos Weber, onde está o SESI hoje, vamos ver que não tem uma fábrica. Lá só tinha fábricas. Você conhece bem a região, diga-se de passagem.

Temos de pensar como que a cidade vai ficar com 12 milhões de habitantes. Como

foi falado pelo Inspetor, é óbvio que quando se começa ofertar esse tipo de serviço, vai ter gente de fora que virá sim, até porque acaba sendo um polo. Assim como a questão da saúde na cidade, há hospitais extremamente importantes.

Primeira coisa, seria deixar de lado um pouco as questões pessoais, os dogmas, os preconceitos e tentar se debruçar sobre um tema extremamente complexo onde não há resposta fácil.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores se colocou contrário ao IPTU, o que é o papel da Oposição ao fazer o seu debate. Acho que não é o suficiente. Mas a gente também entende que não é um problema só deste Governo, ele já transcendeu vários governos de direita, de esquerda, mas a gente vê o problema persistir. Ele é muito mais amplo do que a gente imagina.

Quando se fala em tentar ver a questão do uso controlado, de tentar ser mais assertivo, sei que muita gente torce o nariz, mas a gente não vai resolver o problema com uma bala de prata. A repressão policial é importante, combater o tráfico é importantíssimo, assim como combater vários desvios que há na polícia, é importantíssimo. Agora, acho que a gente tem de se debruçar mais.

Que passe esse projeto, a Bancada do Prefeito tem condição de fazer isso na Casa com tranquilidade, mas acho que a gente ainda não chegou no cerne da questão. Para chegar nesse ponto é preciso escutar as pessoas que estão lá há 25 anos fazendo um trabalho constante, assim como escutar os comerciantes que estão lá sofrendo diretamente com o que está acontecendo, e também escutar o comerciante da Santa Ifigênia.

O Fabio falou o seguinte, se houver alguém que a gente possa recuperar, a gente vai abrir espaço para que ele continue se recuperando.

Faço parte da Associação Antialcoólica do Estado de São Paulo, onde o índice de recuperados é de 5%, com reuniões semanais, diariamente participando das reuniões. As comunidades terapêuticas não passam de 20% de recuperados. O custo de uma pessoa num espaço daqueles é de, no mínimo, oito mil reais. Não é qualquer coisa.

Não estamos diante de qualquer problema, além do que ainda é um problema global. Ao invés de considerá-lo algo insuperável, deveríamos nos debruçar em cima do trabalho e tentar dar um desdobramento mais assertivo para o caso.

Sr. Presidente, obrigado pela paciência, Líder, obrigado. Nossos secretários, obrigado pela fala. Agradeço aos companheiros e companheiras que estão aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Muito bem, nobre Vereador Helio. O próximo orador é o Líder do Governo na Câmara Municipal Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os presentes, nosso sempre Inspetor Guilherme, por quem eu tenho um carinho especial, conheço sua competência, esforço e trabalho; muitas vezes ações são mal interpretadas, mas a Câmara por diversas vezes fez a defesa do trabalho sério da Guarda Civil Metropolitana na cidade de São Paulo. Cumprimento o Hélio Rodrigues, colega da Câmara, a quem eu respeito bastante, agregou muito com a sua chegada, até pela sua própria fala como sindicalista, eu também venho de periferia, de movimentos de moradia, sei o que é amassar barro, comer poeira, para ter uma cadeira e representar o povo que não tem casa. Nosso sempre experiente Bispo Atilio, nosso Presidente. Soninha, sempre Vereadora, hoje, Secretária de uma pasta importantíssima, retratou aqui um pouco do trabalho do Executivo. Fabricio Cobra, nosso Secretário da Casa Civil, quem faz a interlocução das questões políticas do Executivo com a Câmara Municipal, um papel importante, inclusive, o de estar presente em todas as audiências públicas, mostrando a parte da visão do Prefeito Ricardo Nunes com as ações. O Thiago que é um servidor de carreira, hoje, representando o nosso Secretário Municipal da Fazenda, quem cuida dos números, tem a responsabilidade do ponto de vista de qualquer tipo de ação com referência esse projeto é levado ao crivo da Secretaria da Fazenda para verificar o impacto econômico-financeiro de qualquer atitude que o Prefeito venha a tomar.

Rapidamente, quero mostrar alguns dados, remetendo à fala do Vereador Hélio sobre empregos. Só na cidade de São Paulo, de 2021 até o mês passado, tivemos a transferência de mais de 43 mil empresas para a capital, que foi o resultado de ações,

principalmente de segurança jurídica que a cidade de São Paulo oferece a quem quiser vir para investir e empreender.

Quando a gente vê um número expressivo de empresas chegando, acho que é um recorde da cidade, com austeridade das contas públicas, com segurança jurídica, mas deparamos com o problema da região central.

Estive com o Prefeito ontem, levei ao crivo dele essas questões, principalmente, as da região central, que é a complexidade daquilo que a gente por ali convive.

Uma pessoa veio a este microfone, ouvi atentamente, referiu-se ao Prefeito que falou de um gesto de solidariedade, mas ele entende que é dor na consciência. Graças a Deus que a gente tem um Prefeito que tem a consciência aquilo que acontece na cidade. Porque os outros prefeitos não tiveram isso. O que não é uma crítica.

Nós estamos enfrentando o problema hoje. Quando o Prefeito Ricardo Nunes e a Câmara Municipal, como o Secretário Fabricio deixou muito claro, é aqui que nós podemos modificar, aprimorar os projetos vindos do Executivo. A Câmara tem feito isso com maestria, a aquiescência e participação dos diversos atores da sociedade que vêm a esta Casa, procuram os Vereadores, participam das audiências públicas, quando podemos formar o convencimento e levar para o Executivo. Quem ganha com isso é a cidade.

Sem dúvida, todos ouviram os comerciantes e lamentamos a situação. Quem diz que não se deve dar isenção? Muito pelo contrário. Temos de buscar alternativas para acabar com essa situação no centro da cidade, com o objetivo de devolvê-lo para a maior metrópole que é a nossa capital.

Mas para isso há necessidade de executar algumas ações, posso citar a ação policial, da assistência social, dos direitos humanos, ação direta da própria Prefeitura, participação da sociedade civil organizada, que é o que vocês estão fazendo. É um trabalho complexo.

Eu acredito que, pela primeira vez, estamos jogando luz e soluções para aquele problema. Estamos reinaugurando – quando o Prefeito fala em determinação, ele coloca uma

responsabilidade grande no Executivo Municipal, na Câmara Municipal e na sociedade civil organizada que quer o centro de volta. Querem que a Santa Ifigênia volte a ter o movimento que tinha, nos tempos áureos, quando não se conseguia andar.

Os estacionamentos eram lotados, as pessoas passavam dia todo no Centro da cidade. Mas a gente precisa partir de um princípio. Então se é dor da consciência, temos que agradecer, porque o prefeito está olhando e está tendo a sensibilidade - se é muito ou pouco - de estender a mão. Porque lamentar aquilo que a gente não tem, é muito fácil. Agora comemorar os passos que a gente tem dado. Ah isso, não tem. Isso a gente não reconhece.

Enfim, vamos ter mais uma audiência pública. Essa é a segunda. Nós estamos dialogando. Até um colega de vocês me procurou na saída, eu falei: muita calma nessa hora. Aqui temos de ter muita responsabilidade do ponto de vista fiscal. Sem dúvida nenhuma. Cada um vem aqui com um ponto de vista. Eu tenho dialogado com os vereadores da Oposição, da Base, enfim, do Governo. Todos têm aqui, e eu recebi em meu gabinete uma turma da Santa Efigênia, expliquei. Então estamos amadurecendo cada vez mais uma eventual mudança no projeto, mas com a participação de todos os vereadores. Sabemos que o cobertor é curto. Muitas vezes cobrimos a cabeça, descobrimos o pé. Não vamos conseguir agradar todos de forma geral, mas parte de um princípio. Parte de uma ação do prefeito Ricardo Nunes de encaminhar um projeto para 947 imóveis. Não sei se o Thiago falou: ah, está isentando quem já é isento. Mas ele está dentro do perímetro e a Fazenda fez o levantamento. Acho que isso você explicou, né Thiago? Não sei se você, na audiência dia anterior, explicou sobre isso.

Então vamos ter mais uma audiência pública. Estamos amadurecendo bastante o debate. Hoje nós temos uma sessão, é um projeto diferente desse, mas sempre o assunto em tela vem esse projeto que estamos discutindo hoje. Tenho, certeza, que tanto o Executivo Municipal, a Câmara e a participação de vocês, nós vamos enriquecer o debate e quiçá apresentar uma proposta para a cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Nobre Vereador e Presidente da Comissão

de Finanças e Orçamento, Jair Tatto, alguma manifestação?

O SR. FABIO RIVA – Presidente Jair, desculpa a minha falha. Esqueci de cumprimentar V.Exa. O senhor está muito bem, barbeado, cabelo arrumado. Saudade de você, Jair.

O SR. JAIR TATTO – Obrigado Líder Fabio Riva. Parabéns, Presidente Atílio pela condução dos trabalhos. Nossa Comissão se sente orgulhosa em colaborar nesse sentido, a pedido do Governo, em fazer uma das audiências e o que chamou atenção hoje, eu tenho aqui cometido injustiça. Eu gostei muito - gostei de todos os depoimentos - do Inspetor João Paulo Guilherme dos Santos. É isso? Ele convive lá há 25 anos, contou histórias, digamos assim, práticas, concretas. Nós temos uma comissão que discute o impacto financeiro. O Hélio colocou com muita propriedade essa questão do emprego. Eu faço um parêntese, o tipo de emprego, porque quando a gente tem um emprego na fábrica o trabalhador ou a trabalhadora fica lá dentro. Hoje, aliás, há muitos anos se cria um perfil na cidade e quando se trata dessa questão de oportunidade, é óbvio que você tem a pessoa trabalhando de uma forma interna, facilita com que ela não tenha as recaídas que é do ser humano. O que me deixou feliz hoje foi isso. Nós não discutimos apenas a questão do impacto financeiro. Hoje foi discutido a questão da vida cotidiana dessa população que sofre, cada um da sua forma, do seu jeito, aqueles que tentam, mas tem dificuldades. Eu costumo dizer - a Soninha está me ouvindo - próximo a minha casa tem alguns moradores em situação de rua e um dia perguntei a eles, e eles falaram: olha eu tenho meus hábitos, tenho meus costumes, não vou negar que a Prefeitura passa aqui e convida a gente para ir, tradicionalmente a gente chama de abrigo. Então é muito complexo.

A gente reconhece o esforço. Quando vem um projeto para dar um fôlego, na verdade, a comerciantes, a moradores dessas regiões - eu também não gosto do termo cracolândia - mas nessas regiões onde criou uma cultura, na verdade, um ponto de encontro desnecessário, mas enfim. São lugares onde pessoas com interesses maiores é que dominam. Ouvimos a fala de uma companheira que colocou: olha, ações estão sendo feitas. Vários governos têm tentado e posso usar uma expressão muito popular, o buraco é mais embaixo.

Acho que todo mundo compreende isso. Então as ações da prefeitura, não tenho dúvidas do trabalho árduo que Assistência Social faz, que a área da Saúde faz, que a Soninha acompanha na questão dos direitos humanos para evitar qualquer abuso. Não tenho a menor dúvida disso.

A nossa votação contrária em primeira foi no sentido, não ser contra o projeto, mas colocado aí, todas as falas que ouvi, todas colocaram a questão da ampliação do perímetro e uma revisão do projeto.

Parabéns, Sr. Presidente Atilio. Obrigado por dignificar nossa Comissão presidindo de uma maneira, como grande maestro, como grande Vereador de muita experiência nessa Casa. Resumindo: nunca desistir! Quando o Hélio fala – somos Oposição - qualquer que seja o governo, acho que essa é a linguagem correta. O esforço - está 30 anos essa situação - vamos reconhecer. Todos tem feito um esforço, mas também vamos reconhecer que esse governo tem feito um esforço e até acho que vocês que estão aí tocando esse governo, vocês têm feito esforço até acima, com toda sinceridade, acima da média dos demais governos passados.

É isso Sr. Presidente. Muito obrigado. Foi um prazer ouvir todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Ok, Presidente. Quero lembrar aos senhores que antes de ser vereador, já fazíamos um trabalho social naquela área no Centro de São Paulo. Graças a Deus, a gente não resolveu o problema de todas as pessoas, mas ajudamos muitos a ter um norte na vida. As igrejas evangélicas, as religiões de modo geral fazem um trabalho fantástico, que são um dos grandes parceiros do Executivo na cidade São Paulo.

Quero agradecer a todos que participaram dessa audiência pública. Parabenizar o Sr. Prefeito Ricardo Nunes por essa disposição de olhar com uma atenção muito especial para o Centro da cidade São Paulo e buscar soluções. Somado ao trabalho dos vereadores, da Secretários Soninha, do nobre Secretário Fabrício e outras Secretarias: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico da Cidade, Comandante Paulo que, também, tenho certeza de que a Guarda Metropolitana vai contribuir bastante, porque ela está ativamente agindo nessa área. Temos a certeza de que o projeto será aperfeiçoado em todos os detalhes que os senhores que participaram sugeriram. A audiência pública não é só para cumprir critérios regimentais ela é

exatamente realizada para buscar o aprimoramento das pautas e dos projetos que são votados na Câmara Municipal.

Parabéns a todos os senhores e senhoras que participaram, que deram suas falas, suas ideias, fizeram suas críticas positivamente. Tenho certeza de que os Srs. Vereadores acompanharam atentamente essa audiência pública e muitas ideias foram apresentadas, com certeza, vão abrilhantar ainda mais o projeto, que é o começo de um trabalho importante buscando solução para mudar a vida da cidade São Paulo, especificamente, no Centro de São Paulo que é um dos pontos, como já foi dito, de atração turística mundial.

Parabéns a todos. Muito obrigado pela presença e Deus os abençoe.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
